

SENADO FEDERAL
PARECER
Nº 1, DE 2006

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
sobre o Projeto de Lei da Câmara nº
128, de 2005 (nº 5.463, de 2005, na
casa de origem), de iniciativa do
Presidente da República que autoriza a
concessão de bolsas de estudo e
de pesquisa a participantes de programas de
formação inicial e continuada de professores
para a educação básico.

RELATOR: Senador PAULO PAIM

I - RELATÓRIO

Em exame, nesta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2005 (PL nº 5.463, de 2005, na origem), de iniciativa do Poder Executivo.

o art. 1º da proposição autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a conceder bolsas de estudo destinadas à formação de professores para a educação básica e bolsas de pesquisa a professores participantes de projetos de pesquisa de metodologias de ensino aplicáveis à formação inicial e continuada de docentes para educação básica. O dispositivo ainda define a responsabilidade dos sistemas de ensino envolvidos pela seleção dos bolsistas, vedando o acúmulo de bolsas.

Na sequência, são definidos: os valores e prazos das bolsas e as condições para o acesso de professores estaduais e municipais ao benefício (art. 2º); a operacionalização do pagamento das bolsas (art. 3º); a origem dos

recursos (art. 4º); mecanismos para dar transparência à execução do programa e à concessão dos benefícios (art. 5º); a competência regulamentar do Poder Executivo para dispor acerca de direitos e obrigações dos bolsistas; quantitativo, valores e duração das bolsas; avaliação das instituições educacionais participantes, dos bolsistas e dos cursos e tutorias, dentre outras questões (art. 6º); a revisão anual dos valores do valor das bolsas (art. 70).

Por fim, de acordo com o art. 8º do PLC 128/05, a lei em que se transformar entrará em vigor a partir de sua publicação.

Na Exposição de Motivos nº 24, de 2005, que acompanha a proposição, o então Ministro da Educação Tarso Genro destaca que a medida, consistente no fomento de programas de formação inicial e continuada para professores, presta-se a melhorar a Educação Básica, ao combater o fenômeno da falta de qualidade da escolarização conduzida por docentes sem qualificação.

Aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados no dia 22 de novembro último - após manifestações favoráveis das Comissões de Educação e Cultura; Constituição, Justiça e Cidadania; Finanças e Tributação - a proposição foi encaminhada a esta Casa Legislativa e distribuída a esta Comissão, sem que lhe fossem oferecidas emendas.

A proposição tramita em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 10, da Constituição Federal.

11 - ANÁLISE

De acordo com números levantados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB-2003), aproximadamente 170 mil funções de docência no ensino fundamental da rede pública - o que corresponde a 25% do total de professores do segmento - são exercidas por profissionais sem formação superior.

Isso tem contribuído, certamente, para o desempenho constrangedor do País em exames internacionais de avaliação de conhecimentos e habilidades de estudantes concluintes do ensino fundamental, a exemplo do teste PISA.

Pior que isso, porém, é a falta de perspectiva para os estudantes e o questionamento do papel do sistema educacional no desenvolvimento científico, cultural e socioeconômico do País.

Diante de situação tão preocupante, urge, entre outras medidas, capacitar os profissionais do ensino e dotá-los dos instrumentos e conhecimentos inerentes à sua função, que incluem a habilitação para lidar com conteúdos e métodos exigidos para o desenvolvimento de seu alunado.

A proposição, além de contribuir para esse fim, dignifica esses trabalhadores da educação e a sua missão, sendo, por isso mesmo, meritória.

Por fim, no que respeita aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposição não reclama quaisquer reparos.

111- VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2005.

Sala da Comissão, em 13/12/2005

{ , Presidente

PAULO PAIM
RELATOR
~ 2- ALOIZIO MERCADANTE
~ 3- FERN~NOO BEZERRA
~ 4- DELCIDIO AMARAL
~ 5- ANTÔNIO CARLOS VALÃOÁRES - -
~ 6- MAGNO MALTA
~ 7. PATRICIA SABOYA GOMES
8. JOÃO RIBEIRO